



rio grande
capitalização

Rio Grande Capitalização S.A.
Demonstrações financeiras
intermediárias
30 de junho de 2026

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração.....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	06
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias ...	17
Conselho de administração	46

Relatório da administração

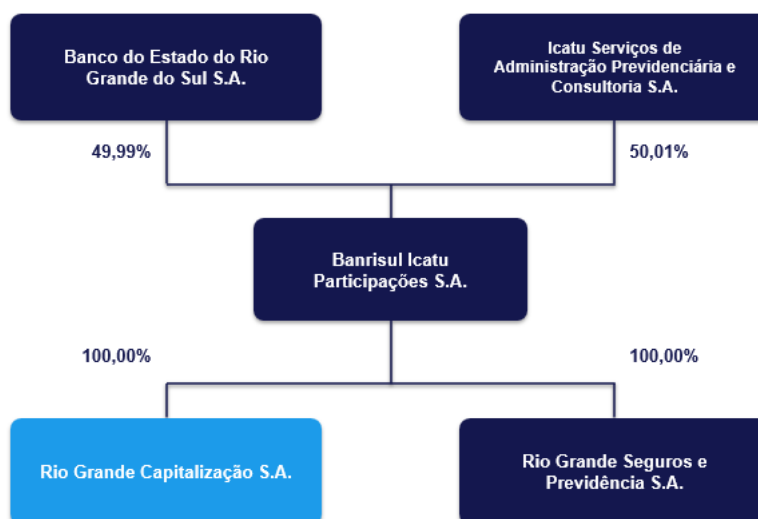
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas Operações de Capitalização

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

No primeiro semestre de 2026, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 437.030 (R\$ 440.672 no mesmo período do ano anterior), mantendo-se praticamente estável. O resultado com sorteios foi de R\$ 9.790 (R\$ 9.835 no mesmo período do ano anterior), 2,62% da receita com títulos de capitalização (2,57% no mesmo

período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 15.956 (R\$ 13.770 no mesmo período do ano anterior), representando 3,65% da receita com títulos de capitalização (3,12% mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2026, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.494.748 (R\$ 1.553.340 em 31 de dezembro de 2025), representando uma redução de 3,77%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2026, atingiu o montante de R\$ 102.233 (R\$ 92.727 em 31 de dezembro de 2025), representando um aumento de 10,25%.

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2026, as despesas administrativas foram de R\$ 45.704 (R\$ 46.063 no ano de 2025), representando 10,46% do total de receitas com títulos de capitalização (10,45% no mesmo período do ano anterior).

No primeiro semestre de 2026, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 37.989 (R\$ 33.539 no mesmo período do ano anterior), representando um crescimento de 13,26%, principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros (SELIC), que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia. No primeiro semestre de 2026, representaram 8,69% das receitas com títulos de capitalização (7,61% no mesmo período do ano anterior).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 98.579, no primeiro semestre de 2026 (R\$ 82.070, em 31 de dezembro de 2025), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 390% (343% em 31 de dezembro de 2025).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2026, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte avançou na consolidação da agenda ASG, fortalecendo a governança, a transparência e a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais marcos do período destacam-se a publicação do seu segundo Relatório de Sustentabilidade; o aprimoramento da gestão de riscos ASG; a realização da segunda edição do Programa de Mentoria Feminina; a disponibilização do primeiro produto enquadrado como sustentável, em conformidade com a Resolução CNSP nº 473/2024; a evolução da gestão de resíduos na matriz, com foco na redução da geração e na destinação correta; e a ampliação do Programa de Voluntariado.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores, a valorização das pessoas e a equidade de gênero seguiram como prioridades da Companhia. Os princípios de equidade estão incorporados ao Código de Ética e Conduta, que estabelece o repúdio a qualquer forma de assédio e discriminação e orienta as principais práticas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, desenvolvimento, remuneração e reconhecimento por mérito.

O Grupo Icatu manteve, ao longo do primeiro semestre de 2026, o foco na promoção da equidade de gênero. As mulheres representavam 49,08% do quadro total de colaboradores do Grupo Icatu (49,32% em 31 de dezembro de 2025). Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,69% (27,87% em 31 de dezembro de 2025); na média gestão, 48,33% (48,32% em 31 de dezembro de 2025); e, no nível operacional, 49,87% (50,07% em 31 de dezembro de 2025).

No mesmo período, as mulheres representaram 48,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 31 de dezembro 2025 (50,28%). Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 20,00% das novas contratações (100% em 31 de dezembro de

2025); na média gestão, 64,29% (42,86% em 31 de dezembro de 2025); e, no nível operacional, 47,62% (50,28% em 31 de dezembro de 2025).

Em relação especificamente a Companhia, sua operação é suportada por 57 colaboradores, sendo 49,12% mulheres, incluindo duas lideranças femininas.

Distribuição remuneratória total do grupo econômico

Gênero	30/06/2026			30/06/2025		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.012	2.648	16.660	13.294	2.457	15.751
Masculino	18.071	4.451	22.522	16.088	3.846	19.934
Total	32.083	7.099	39.182	29.382	6.303	35.685

Nota 1: A comparação entre os exercícios apontou variação de -2,26 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 909 nos componentes remuneratórios.

Nota 2: O total remuneratório representa a última posição na data-base indicada.

No primeiro semestre de 2026, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 465.181 em resgates (R\$ 276.070 no mesmo período do ano anterior), R\$ 9.208 em sorteios (R\$ 9.621 no mesmo período do ano anterior), R\$ 45.195 (R\$ 45.774 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços terceirizados, além de R\$ 4.830 (R\$ 4.720 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 19.501 (R\$ 16.757 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos, reforçando seu papel como agente de proteção financeira e impacto social.

4. Auditores Independentes

A **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** presta serviços de auditoria independente à Companhia. Os honorários contratuais, brutos de tributos, referente ao exercício de 2026, totalizam R\$ 118 (R\$ 113 em 2025), relativos à auditoria das demonstrações financeiras e asseguuração limitada requerida pelo órgão regulador.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2026.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Grande Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

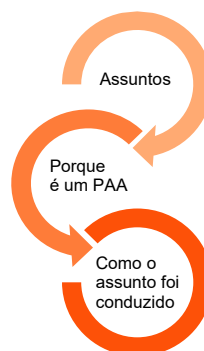
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.9 e 11) A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras intermediárias. A Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange as parcelas dos valores arrecadados de capitalização e a Provisão para Resgate (PR), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro. Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, bem como a avaliação e aprovação das notas técnicas atuariais que detalham as metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos relatórios operacionais de arrecadações recebidas e realizamos a conferência com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; teste em base amostral para os resgates ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira e recálculo em base amostral da Provisão de Distribuição de Bônus de acordo com as condições contratuais. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, testamos a completude da base de dados diretamente utilizadas na revisão das movimentações dos fluxos da PMC. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Rio Grande Capitalização S.A.

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades

comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Rio Grande Capitalização S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

Rio Grande Capitalização S.A.
Balancos patrimoniais

Em 30 de junho 2026 e de 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
CIRCULANTE		1.345.135	944.787
Disponível		1.725	1.225
Caixa e bancos		1.725	1.225
Equivalente de caixa	Nota 5	3.044	3.197
Aplicações	Nota 5	1.336.987	932.981
Outros créditos operacionais	Nota 6	2.844	6.849
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1	535	535
Créditos tributários e previdenciários		535	535
NÃO CIRCULANTE		149.613	608.553
Realizável a longo prazo		149.470	608.402
Aplicações	Nota 5	140.040	597.344
Títulos e créditos a receber		9.430	11.058
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	8.170	9.852
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.2	1.260	1.206
Intangível		143	151
Outros intangíveis		143	151
TOTAL DO ATIVO		1.494.748	1.553.340

Rio Grande Capitalização S.A.
Balanços patrimoniais

Em 30 de junho 2026 e de 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.391.247	1.459.404
Contas a pagar		13.266	18.289
Obrigações a pagar	Nota 8	9.408	13.536
Impostos e encargos sociais a recolher		511	883
Impostos e contribuições	Nota 8.1	3.347	3.870
Débitos de operações com capitalização	Nota 9	1.755	2.416
Débitos de operacionais		1.755	2.416
Depósitos de terceiros	Nota 10	1.531	50
Provisões técnicas – capitalização	Nota 11	1.374.695	1.438.649
Provisão para resgates		1.364.065	1.427.423
Provisão para sorteio		10.621	11.216
Provisão de receitas diferidas		9	10
NÃO CIRCULANTE		1.268	1.209
Outros débitos		1.268	1.209
Provisões judiciais	Nota 13.1	1.268	1.209
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.233	92.727
Capital social	Nota 14.1	90.000	90.000
Reservas de lucros	Nota 14.2	9.613	16.300
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 14.4	(10.966)	(13.573)
Lucros acumulados		13.586	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.494.748	1.553.340

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2026	30/06/2025
Receita com títulos de capitalização		437.030	440.672
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	Nota 18.1	374.333	382.167
Contribuição - Quotas de carregamento	Nota 18.1	62.695	58.502
Variação da provisão para receita diferida	Nota 18.1	2	3
Variação das provisões de resgate	Nota 18.2	(364.408)	(369.288)
Variação da provisão de sorteios	Nota 18.3	(9.790)	(9.835)
Custo de aquisição	Nota 18.4	(15.956)	(13.770)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 18.5	13.546	11.538
Outras receitas operacionais	Nota 18.5	14.509	13.588
Outras despesas operacionais	Nota 18.5	(963)	(2.050)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		60.422	59.317
Despesas administrativas	Nota 18.6	(45.704)	(46.063)
Serviços de terceiros		(45.195)	(45.774)
Localização e funcionamento		(51)	(58)
Publicações		(169)	(46)
Donativos e contribuições		(254)	(184)
Despesas administrativas diversas		(35)	(1)
Despesas com tributos	Nota 18.7	(4.830)	(4.720)
Resultado financeiro	Nota 18.8	37.989	33.539
Receitas financeiras		89.743	86.046
Despesas financeiras		(51.754)	(52.507)
RESULTADO OPERACIONAL		47.877	42.073
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		47.877	42.073
Imposto de renda	Nota 19	(11.834)	(10.431)
Contribuição social	Nota 19	(7.667)	(6.326)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		28.376	25.316
Quantidade de ações		90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,32	0,28

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	28.376	25.316
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.607	1.003
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	4.346	1.672
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	(1.739)	(669)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	30.983	26.319

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2025	90.000	6.769	42.810	(18.996)	-	120.583
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	1.003	-	1.003
Distribuição de dividendos – AGE 28/03/2025	-	-	(42.661)	-	-	(42.661)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	25.316	25.316
Saldos em 30 de junho de 2025	90.000	6.769	149	(17.993)	25.316	104.241
Saldos em 1º de janeiro de 2026	90.000	9.613	6.687	(13.573)	-	92.727
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	2.607	-	2.607
Distribuição de dividendos – AGE 28/04/2026	-	-	(6.687)	-	(14.790)	(21.477)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	28.376	28.376
Saldos em 30 de junho de 2026	90.000	9.613	-	(10.966)	13.586	102.233

Rio Grande Capitalização S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	28.376	25.316
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	8	-
Variação das provisões técnicas – capitalização	419.120	425.946
Prescrição de títulos de capitalização	(8.685)	(8.017)
Variação das provisões judiciais	59	64
Variação de impostos sobre o lucro	19.416	16.664
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	57.644	(111.718)
Créditos das operações de capitalização	-	57
Ativo fiscal diferido	(57)	(2)
Depósitos judiciais e fiscais	(54)	(49)
Outros ativos	4.023	(2.640)
Outras contas a pagar	(4.500)	442
Débitos de operações com capitalização	(661)	(988)
Depósitos de terceiros	1.481	940
Provisões técnicas - capitalização	(474.389)	(285.691)
Provisões judiciais	-	(28)
Caixa gerado pelas operações	41.781	60.296
Imposto sobre o lucro pagos	(19.939)	(17.473)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.842	42.823
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(18)	(22)
Intangível	(18)	(22)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(18)	(22)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(21.477)	(43.607)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(21.477)	(43.607)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	347	(806)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4.422	5.156
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.769	4.350

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da Portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.4 e 5.3);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.3 e 5.2);

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 11).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O pagamento ou a informação sobre o pagamento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos;
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2026, o caixa e bancos e equivalentes de caixa eram de R\$ 4.769 (R\$ 4.422 em 31 de dezembro de 2025) e eram representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma que a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são corrigidos de acordo com a legislação vigente.

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizadas. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 17,5% a partir de 01 de abril de 2026 e para 20% a partir de 01 de janeiro de 2028.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações fiscais, o valor das provisões até agosto de 2024 foi atualizado considerando a taxa SELIC. A partir de setembro/2024 a correção monetária passou a ser feita pelo IPCA, quando não houver outro índice previsto no contrato ou em lei própria, acrescido de juros calculados pela Taxa Legal, que corresponde à aplicação da SELIC deduzida do IPCA ou de outro índice previsto no contrato ou em lei própria, conforme previsto na Lei nº 14.905/2024..

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas.

As contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certo.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para sorteios a pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão de receitas diferidas (PRD)

A provisão representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A., onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu, cobrado mensalmente, e o pagamento realizado no mês subsequente.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa operação está refletida na rubrica de “Serviços de terceiros” dentro do grupo de “Despesas administrativas”, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Novas normas ainda não adotadas

Os normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

3.13.1. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13.2. Lei Complementar nº 224/2025

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, de 1º de abril de 2026 até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028.

3.13.3. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

Em janeiro de 2026, teve início o período de testes e adaptação da reforma tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela receita federal, pelos estados, pelos municípios e pelo comitê gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei e está totalmente adaptada ao novo padrão alfanumérico do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.13.4. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na *IFRS 9 – Financial Instruments* (CPC 48) e na *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.13.5. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.13.6. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.13.7. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de Dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2026.

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico que a Companhia está inserida, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho de 2026, R\$ 1.437.612, correspondentes a 97% (R\$ 1.482.168, correspondentes a 97% em 31 de dezembro de 2025) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 48.843 (R\$ 48.472 em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da solvência das empresas. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre a solvência tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

No quadro a seguir, é apresentado o impacto de um choque paralelo de 100 bps nas taxas de juros, segregado por fator de risco, sob as óticas do Patrimônio Líquido e Resultado:

Fatores de Risco	30/06/2026		31/12/2025	
	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros IPCA	(5.496)	(688)	(7.369)	(812)
Taxa de Juros IGPM	-	-	-	-
Taxa de Juros Pré-Fixado	232	319	422	585

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de resgates, sorteios e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos resgates e sorteios líquidos das contribuições, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos	30/06/2026			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	1.725	-	-	1.725
Equivalente de caixa	3.044	-	-	3.044
Aplicações	907.085	132.125	437.817	1.477.027
Títulos e créditos a receber	535	9.430	-	9.965
Total de ativos	912.389	141.555	437.817	1.491.761
Contas a pagar	13.266	-	-	13.266
Provisões técnicas – capitalização	684.923	385.415	304.357	1.374.695
Débitos de operações com capitalização	1.755	-	-	1.755
Depósitos de terceiros	1.531	-	-	1.531
Provisões judiciais	-	1.268	-	1.268
Total de passivos	701.475	386.683	304.357	1.392.515

Ativos e passivos	31/12/2025			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	1.225	-	-	1.225
Equivalente de caixa	3.197	-	-	3.197
Aplicações	397.488	648.840	483.997	1.530.325
Títulos e créditos a receber	535	11.058	-	11.593
Total de ativos	402.445	659.898	483.997	1.546.340
Contas a pagar	18.289	-	-	18.289
Provisões técnicas – capitalização	768.626	375.524	294.499	1.438.649
Débitos de operações com capitalização	2.416	-	-	2.416
Depósitos de terceiros	50	-	-	50
Provisões judiciais	-	1.209	-	1.209
Total de passivos	789.381	376.733	294.499	1.460.613

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance* responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 30 de junho de 2026, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R\$ 437.030 (R\$ 440.672 no mesmo período do ano anterior), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 434.658 representando 99,5% nesta data (R\$ 437.848 que representava 99% no mesmo período do ano anterior) e nas demais regiões no montante de R\$ 2.371 representando 1% (R\$ 2.824 representando 1% no mesmo período do ano anterior).

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2026, esse montante era de R\$ 3.044 (R\$ 3.197 em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R\$ 525.906 (R\$ 510.998 em 31 de dezembro de 2025). Dessa forma, 30 de junho de 2026, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 18.276 e líquidas de R\$ 10.966 (perdas brutas de tributos de R\$ 22.622 e líquidos de R\$ 13.573 em 31 de dezembro de 2025), apresentado no item seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Categoria		
Custo amortizado	217.596	220.919
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	507.631	488.376
Valor justo por meio do resultado – VJR	754.844	824.227
Total	1.480.071	1.533.522
Circulante	1.340.031	936.178
Equivalentes de caixa	3.044	3.197
Aplicações financeiras	1.336.987	932.981
Não circulante	140.040	597.344
Aplicações financeiras	140.040	597.344

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 15% da carteira em 30 junho de 2026 (14% em 31 de dezembro de 2025):

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			30/06/2026	
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	217.596	210.799
Total			217.596	210.799
Não circulante			217.596	210.799

			31/12/2025	
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	220.919	208.116
Total			220.919	208.116
Não circulante			220.919	208.116

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representam 34% da carteira em 30 de junho de 2026 (32% em 31 de dezembro de 2025):

				30/06/2026	
	Taxas contratadas			Valor contábil/justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%			20.615	21.271
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,27%			487.016	504.635
Total				507.631	525.906
Circulante				367.591	375.426
Não circulante				140.040	150.480

				31/12/2025	
	Taxas contratadas			Valor contábil/justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,71%			20.352	21.589
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 5,26%			468.024	489.409
Total				488.376	510.998
Circulante				111.951	115.205
Não circulante				376.425	395.793

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento em até um ano	367.591	111.951
Vencimento em até cinco anos	140.040	376.425
Total	507.631	488.376

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representam 51% da carteira em 30 de junho de 2026 (54% em 31 de dezembro de 2025):

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		30/06/2026
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	674.156
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,92%	38.229
Operações compromissadas	Selic	39.717
Outros	-	(302)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	3.044
Total		754.844
Circulante		754.844

		31/12/2025
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	735.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 3,00%	37.197
Operações compromissadas	Selic	48.472
Outros	-	(315)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	3.197
Total		824.227
Circulante		824.227

	30/06/2026	31/12/2025
Sem vencimento	1	10
Vencimento em até um ano	324.940	288.724
Vencimento em até cinco anos	429.903	535.493
Total	754.844	824.227

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo final em 1º de janeiro de 2025	810.588	462.313	226.840	1.499.741
(+) Aplicações	509.916	-	-	509.916
(-) Resgates	(609.565)	(30.637)	(19.964)	(660.166)
(+) Rendimentos	113.288	47.662	14.043	174.993
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	9.038	-	9.038
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	824.227	488.376	220.919	1.533.522
(+) Aplicações	189.192	-	-	189.192
(-) Resgates	(311.410)	(15.285)	(9.982)	(336.677)
(+) Rendimentos	52.835	30.194	6.659	89.688
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.346	-	4.346
Saldo final em 30 de junho de 2026	754.844	507.631	217.596	1.480.071
Circulante				1.340.031
Não Circulante				140.040

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	217.596	-	217.596
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	217.596	-	217.596
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	507.631	-	507.631
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	20.615	-	20.615
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	487.016	-	487.016
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	712.368	42.476	754.844
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	674.156	-	674.156
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	38.229	-	38.229
Operações compromissadas	-	39.717	39.717
Outros	(17)	(285)	(302)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	-	3.044	3.044
Total (I + II + III)	1.437.595	42.476	1.480.071

	31/12/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	220.919	-	220.919
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	220.919	-	220.919
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	488.376	-	488.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	20.352	-	20.352
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	468.024	-	468.024
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	772.873	51.354	824.227
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	735.676	-	735.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	37.197	-	37.197
Operações compromissadas	-	48.472	48.472
Outros	-	(315)	(315)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	-	3.197	3.197
Total (I + II + III)	1.482.168	51.354	1.533.522

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2026						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total	Objetivo
DI1	Vendido	Jan/2027	CDI	770	72.047	Hedge taxa pré-fixada

31/12/2025						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total	Objetivo
DI1	Vendido	Jan/2027	CDI	770	67.690	Hedge taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 30 de junho de 2026, o montante dessa rubrica era de R\$ 2.844 (R\$ 6.849 em 31 de dezembro de 2025). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	454	454
Outros	81	81
Total de créditos fiscais	535	535

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica “Tributos diferidos”.

Ativo - não circulante	01/01/2025	Constituição	Realização/(reversão)	31/12/2025	Constituição	Realização/(reversão)	30/06/2026
Imposto de renda diferido	8.372	82.803	(85.018)	6.157	26.921	(28.031)	5.047
Ativo - diferenças temporárias	457	84	(39)	502	10	(34)	478
Passivo - ajuste de TVM	7.915	82.719	(84.979)	5.655	26.911	(27.997)	4.569
Contribuição social diferida	5.024	49.681	(51.010)	3.695	16.252	(16.824)	3.123
Ativo - diferenças temporárias	275	50	(23)	302	106	(26)	382
Passivo - Ajuste de TVM	4.749	49.631	(50.987)	3.393	16.146	(16.798)	2.741
Total	13.396	132.484	(136.028)	9.852	43.173	(44.855)	8.170

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A maior constituição dos tributos diferidos, no primeiro semestre de 2026 e em 2025 foi influenciada, principalmente, pela variação das taxas de mercado vinculadas aos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que impactou negativamente o valor justo dos ativos, aumentando o crédito tributário relacionado.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças temporárias – 2026 a 2035		
2026	62	7,22%
2027	68	7,94%
2028	63	7,38%
2029	70	8,13%
2030	78	8,95%
2031 a 2035	519	60,38%
Total	860	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	1.088	1.191
Contingências Cíveis	18	14
Atualização depósito judicial	(446)	(390)
COFINS exigibilidade suspensa	1.075	1.028
PIS exigibilidade suspensa	175	167
Total das provisões temporárias	1.910	2.010
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	478	502
Alíquota aplicada – CSLL – 17,5%	382	302
Total	860	804

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar são compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores a pagar (a)	7.071	7.657
Outras obrigações (b)	2.327	5.854
Outras obrigações a pagar (c)	10	25
Total	9.408	13.536

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A.

(b) Pagamentos pendentes relacionados a sorteios, resgates e prescrição de títulos, correspondentes a valores que aguardam confirmação bancária para efetivação da baixa de provisões;

(c) Pagamentos a efetuar referente a prestação de serviços de auditoria.

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	1.630	1.805
Contribuição social	1.142	1.349
COFINS	495	616
PIS	80	100
Total	3.347	3.870

9. Débito das operações de capitalização

Em 30 de junho de 2026, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 1.755 (R\$ 2.416 em 31 de dezembro de 2025).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	30/06/2026	31/12/2025
De 1 a 30 dias	1.529	47
61 a 90 dias	1	1
91 a 120 dias	1	-
181 a 365 dias	-	2
Total	1.531	50

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 01/01/2026	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2026
Provisão matemática para capitalização	1.289.199	365.428	(478.343)	49.950	1.226.234
Provisão para resgate de títulos antecipados	83.364	205.781	(206.196)	826	83.775
Provisão para resgate de títulos vencidos	27.914	278.785	(273.798)	365	33.266
Provisão para distribuição de bônus	26.946	12	(5.324)	(844)	20.790
Provisão para resgates	1.427.423	850.006	(963.661)	50.297	1.364.065
Provisão para sorteios a realizar	6.336	9.924	(9.952)	70	6.378
Provisão de sorteios a pagar	4.880	8.925	(9.567)	5	4.243
Provisão para sorteios	11.216	18.849	(19.519)	75	10.621
Provisão para receitas diferidas	10	-	(1)	-	9
Outras provisões	10	-	(1)	-	9
Total	1.438.649	868.855	(983.181)	50.372	1.374.695

	Saldos em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisão para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para resgates	1.367.553	1.533.983	(1.581.438)	107.325	1.427.423
Provisão para sorteios a realizar	7.895	21.822	(23.259)	(122)	6.336
Provisão de sorteios a pagar	4.294	21.776	(21.272)	82	4.880
Provisão para sorteios	12.189	43.598	(44.531)	(40)	11.216
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	-	10
Outras provisões	17	4	(11)	-	10
Total	1.379.759	1.577.585	(1.625.980)	107.285	1.438.649

11.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência da Companhia;
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

		Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2026	31/12/2025
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	(2.544)	(2.830)
Resultado sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	2.544	2.830

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.374.695	1.438.649
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	1.470.230	1.517.522
Equivalente de caixa	3.044	3.197
Total dos ativos vinculados	1.473.274	1.520.719
Total de aplicações	1.473.274	1.520.719
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	98.579	82.070

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	18	14
Obrigações fiscais	1.250	1.195
Total Provisões judiciais	1.268	1.209

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

Probabilidade de perda	30/06/2026			31/12/2025			Causas cíveis
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável	3	18	18	2	14	14	
Possível	11	73	-	10	117	-	
Total	14	91	18	12	131	14	

Probabilidade de perda	30/06/2026			31/12/2025			Causas fiscais
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Possível	3	-	1.250	3	400	1.195	
Total	3	-	1.250	3	400	1.195	

13.2. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, o saldo da rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” é o seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	10	10
Fiscais	1.250	1.196
Total Depósitos Judiciais	1.260	1.206

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.196	1.089
Atualização monetária	54	107
Saldo final	1.250	1.196

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 9.613 em 30 de junho de 2026 (R\$ 16.300 em 31 de dezembro de 2025), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a reserva legal é de R\$ 9.613, que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi consumida integralmente pela distribuição dos dividendos no primeiro semestre de 2026 (R\$ 6.687 em 31 de dezembro de 2025).

14.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes(VJORA),o, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de “Créditos tributários”. O saldo em 30 de junho de 2026 era de uma perda de R\$ 10.966 (perda de R\$ 13.573 em 31 de dezembro de 2025), líquidos dos tributos.

14.4. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido	102.233	92.727
Ajustes contábeis	(4.349)	(6.170)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(4.206)	(6.019)
Ativos intangíveis	(143)	(151)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	7.216	2.064
Ativos financeiros na categoria custo amortizado	(4.004)	(7.783)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	8.269	7.035
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.951	2.812
Subtotal PLA – nível	105.100	88.621
PLA nível 1	89.916	74.941
PLA nível 2	11.220	9.846
PLA nível 3	3.964	3.834
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(1.970)	(901)
Limitador 50% CMR – PLA nível 2 e 3	(1.970)	(901)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	103.130	87.720
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	1.394	1.823
Capital de risco de subscrição	7.067	6.642
Capital de risco – mercado	20.595	19.690
Capital de risco - redução por correlação	(5.118)	(5.121)
Capital de risco – operacional	2.491	2.524
Capital de Risco (CR) (b)	26.429	25.558
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	26.429	25.558
Patrimônio líquido ajustado	103.130	87.720
(-) Exigência de capital - EC	(26.429)	(25.558)
Suficiência de capital - R\$	76.701	62.162
Suficiência de capital (% da EC)	390%	343%

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Icatu Seguros S.A (Controladora indireta) (a)	-	-	(1.326)	(1.172)	1.453	1.626	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A (Ligada) (d)	-	-	(6.731)	(7.290)	-	-	(45.091)	(45.699)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	8.112	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	-	-	(6.071)	(9.532)	7.471	-	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (c)	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (e) (f)	121	-	-	-	-	-	(348)	-
Total	121	-	(14.128)	(17.994)	8.924	9.738	(45.439)	(45.699)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:

- (a) Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- (b) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (d) Pagamentos de taxas de serviços compartilhados;
- (e) Saldos em conta corrente;
- (f) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação;

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2026				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM018T	15414.614832/2022-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM007T	15414.900522/2019-37	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM008T	15414.900523/2019-81	8,13%	0,5% a.m.	TR
PM016T	15414.612648/2020-91	17,49%	0,5% a.m.	TR
PMA08T	15414.900523/2019-81	8,07%	0,16% a.m.	TR

17. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de comercialização	% Comercialização	
	30/06/2026	30/06/2025
Títulos de pagamentos mensais (PM)	4,65%	3,98%

18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

18.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	374.333	382.167
Títulos emitidos e/ou recebidos	374.741	382.229
Devolução e cancelamento	(408)	(62)
Contribuição - Quotas de carregamento	62.695	58.502
Títulos emitidos e/ou recebidos	62.792	58.590
Devolução e cancelamento	(97)	(88)
Variação da provisão para receita diferida	2	3
Reversão da Provisão da Receita Diferida	2	3
Total	437.030	440.672

18.2. Variação da provisão de resgate

	30/06/2026	30/06/2025
Constituição da provisão para resgate	(364.882)	(370.599)
Despesas com resgate	(1.668)	(1.250)
Reversão da provisão para resgate	367	60
Variação de provisão para distribuição de bônus	1.775	2.501
Total	(364.408)	(369.288)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Variação da provisão de sorteios

	30/06/2026	30/06/2025
Reversão da provisão para sorteio	9.908	12.828
Constituição da provisão para sorteio	(9.924)	(11.537)
Despesas com títulos sorteados	(9.774)	(11.126)
Total	(9.790)	(9.835)

18.4. Custo de aquisição

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de corretagem	(15.833)	(13.690)
Despesas de custeamento de vendas	(123)	(80)
Total	(15.956)	(13.770)

18.5. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com resgate de título	5.817	5.565
Receita com prescrição de título	8.685	8.017
Despesas com provisões	(963)	(2.050)
Outras despesas	7	6
Total	13.546	11.538

18.6. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de terceiros	(45.195)	(45.774)
Localização e funcionamento	(51)	(58)
Donativos e contribuições	(254)	(184)
Publicidade e propaganda	(169)	(46)
Despesas administrativas diversas	(35)	(1)
Total	(45.704)	(46.063)

18.7. Despesas com tributos

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(3.358)	(3.263)
PIS	(546)	(530)
Taxa de fiscalização	(882)	(882)
Outras despesas com tributos	(44)	(45)
Total	(4.830)	(4.720)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.8. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Categoria – VJORA	30.194	27.097
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	30.194	27.097
Categoria - custo amortizado	6.659	6.846
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	6.659	6.846
Categoria - VJR	52.835	52.071
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	52.835	52.071
Outras receitas financeiras	55	32
Total – Receitas financeiras	89.743	86.046
Categoria – VJR	-	-
Quotas de fundos de investimentos – exclusivos	-	-
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(50.372)	(52.385)
Outras despesas financeiras	(1.382)	(122)
Total – Despesas financeiras	(51.754)	(52.507)
Total	37.989	33.539

19. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	47.877	47.877	42.073	42.073
Participação nos lucros e resultados	-	-	-	-
Base de cálculo	47.877	47.877	42.073	42.073
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	11.969	8.378	10.518	6.311
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%+17,5%	15%+10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributos:	66	66	105	105
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(99)	(99)	5	5
Doações e Patrocínios Indedutíveis	165	165	100	100
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	54	54	49	49
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(54)	(54)	(49)	(49)
Resultado ajustado	47.943	47.943	42.178	42.178
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(11.644)	(7.748)	(10.332)	(6.327)
Incentivos fiscais	(165)	-	(100)	-
Reversão da provisão de créditos tributários	(25)	81	1	1
Despesas com IRPJ/CSLL	(11.834)	(7.667)	(10.431)	(6.326)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	25%	16%	25%	15%

20. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de junho de 2026 da Icatu Seguros S.A..

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de administração**Presidente**

Luciano Soares

Conselheiros

Ademar Schardong
Artur José de Lemos Júnior
Edson Georges Nassar
Fernando Guerreiro de Lemos

Diretoria**Diretor-Presidente**

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira
Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394